



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Dê-se nova redação ao inciso IV do *caput* do art. 27, ao inciso II do *caput* do art. 29 e à alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 47; e acrescentem-se inciso III ao § 2º do art. 28 e art. 56-1 à Subseção III da Seção V do Capítulo III do Título I do Livro I do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 27.
.....

IV – recolhimento pelo adquirente, nos termos do art. 56 e 56-A desta Lei Complementar; ou
.....”

“Art. 28.
.....

§ 2º
.....

III – aos valores compensados pelo adquirente, nos termos dos art. 56-
A.
.....”

“Art. 29.
.....

II – recolhimento pelo adquirente, nos termos do art. 56 e 56-A desta Lei Complementar.”
“Art. 47.
.....

II –
.....



d) recolhimento pelo adquirente, nos termos do art. 56 e 56-A desta Lei Complementar; ou

.....”

“**Art. 56-1.** O adquirente de bens ou de serviços que seja contribuinte do IBS e da CBS pelo regime regular poderá compensar o IBS e a CBS incidentes sobre a operação do fornecedor, com saldo credor acumulado no período. (NR)

§ 1º Na hipótese de que trata o caput deste artigo, o adquirente será solidariamente responsável pelo valor do IBS e da CBS incidentes sobre a operação. (NR)

§ 2º O Comitê Gestor do IBS e a RFB estabelecerão mecanismo para acompanhamento, pelo fornecedor, da compensação pelo adquirente. (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

As cooperativas têm atuado intensamente na exportação de produtos, bem como na fabricação e comercialização de itens da cesta básica, o que resulta em um significativo potencial de acúmulo de créditos do IBS/CBS. A possibilidade de o adquirente ser responsável pelo pagamento dos tributos mediante a compensação com os créditos acumulados permitirá uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa das empresas, assegurando a continuidade das operações e o cumprimento de nossas obrigações fiscais de maneira mais eficaz.

A compensação de créditos proporcionará maior agilidade na realização dos créditos, além de eficiência financeira, ao reduzir o desembolso de valores para o acúmulo de créditos. Isso também resultará em um menor volume de pedidos de restituição por parte das empresas ao fisco.

A proposta tem como objetivo a manutenção da simplificação do modelo tributário, onde a compensação não gerará um novo recolhimento com posterior ressarcimento/compensação, e ainda, uma gestão mais eficiente do



fluxo de caixa dos contribuintes, assegurando a continuidade das operações e o cumprimento das obrigações fiscais de maneira mais eficaz.

Sala da comissão, 28 de novembro de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)

